



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**



FRANCISCA PAULA DA SILVA

**GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS ADOTADAS
POR SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SOUSA/PB.**

**SOUSA – PB
2018**

FRANCISCA PAULA DA SILVA

**GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS ADOTADAS
POR SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SOUSA/PB.**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Administração da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da UFCG, como requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel de Administração.

Orientador: Me. Flávio Lemenhe

**SOUSA – PB
2018**

FRANCISCA PAULA DA SILVA

**GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS ADOTADAS
POR SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SOUSA/PB.**

Monografia aprovada em ____ / 08 / 2018

Prof. Me. Flávio Lemenhe

Prof. Me. Marconi Araújo Rodrigues

Examinador – 1

Prof. Me. Orlando Gomes da Silva

Examinador – 2

Aos meus grandes incentivadores, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meu imenso agradecimento a Deus pela força, coragem e fé, como também por me manter com sabedoria e saúde, para concluir esta fase de minha vida, a qual será um grande passo para novas oportunidades que virão;

Agradeço ao guerreiro, meu mentor, e único ídolo, o Sr. Francisco Paulo meu pai, a minha base, o ombro amigo, meu refúgio, a Sr.^a Maria de Lourdes minha mãe, meu amigo e cúmplice, o Sr. Max Cetônio meu irmão, por estarem sempre ao meu lado incentivando, valorizando, e servindo de base para cada passo dado nessa jornada, sendo eles meus principais incentivadores;

Agradeço a todos os meus colegas de trabalho, os servidores públicos municipais da prefeitura de Sousa, que tiraram uns minutos de seu tempo, para responder minha pesquisa com muito carinho e atenção;

Agradeço aos meus colegas de curso e ao quadro docente que também durante estes anos contribuíram para a construção do meu conhecimento e da minha formação;

Por fim, agradeço ao meu orientador Flávio Lemenhe, por compartilhar todo o seu conhecimento e aprendizado, essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Sejam fortes e corajosos.
Não tenha medo nem fiquem apavorados por causa delas, pois o Senhor,
o seu Deus, vai com vocês nunca os deixará, nunca os abandonará.
Deuteronômio 31:6

RESUMO

Entender como gerir finanças pessoais é de extrema importância, sendo indispensável ao indivíduo, à família, e à sociedade. A boa gestão financeira proporciona estabilidade, equilíbrio e tranquilidade, não só financeira. Estudos como de Pontes Et Al (2017) e Lima (2016), mostram a falta de conhecimento e da prática da gestão financeira, podendo gerar não somente problemas financeiros, mas também psicológicos e sociais. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo identificar quais as práticas de gestão financeira pessoal adotadas pelos servidores públicos municipais efetivos lotados na Prefeitura na Prefeitura Municipal de Sousa/PB. Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário formado por 20 questões sobre perfil dos respondentes, planejamento e controle das finanças pessoais, endividamento e inadimplência, e investimentos. Tentou-se realizar um censo, sendo obtidos 114 questionários respondidos. Para aplicação dos questionários foram feitas visitas em 09 (nove) Secretarias do município, sendo elas: Ação Social, Administração, Agricultura, Esporte e Lazer, Finanças, Governo (Gabinete), Infraestrutura, Planejamento e Turismo e, em 03 setores (Fundação de Cultura, Procuradoria e a Superintendência de Trânsito – Strtrans). Conclui-se que a maior parte dos servidores possui entendimento sobre as práticas relacionadas ao planejamento e controle financeiro pessoal, os servidores possuem aspectos relacionados ao endividamento e inadimplência baixos, em comparação com outras pesquisas como, por exemplo, o SPC Brasil, e de outros autores que serviram de base para este trabalho, onde a grande maioria mostra um alto nível de descontrole financeiro dos indivíduos e famílias. No entanto os mesmos devem analisar com mais cuidado a aquisição de empréstimos para quitação de dívidas, como também à utilização de linhas de crédito como o cartão de crédito e os carnês de lojas, uma vez que as mesmas podem causar transtornos e comprometer a tranquilidade financeira. Outro fato importante é pensar em investir, mesmo com a renda de um salário mínimo, e com as crises inflacionárias, é necessário que haja uma reserva financeira, para eventuais situações.

Palavras-chave: Finanças pessoais; Planejamento e controle; Endividamento e inadimplência; Investimentos; Servidores públicos municipais.

ABSTRACT

Understanding how to manage personal finances is extremely important, being indispensable to the individual, the family, and society. Good financial management provides stability, balance and tranquility, not just financial. Studies such as Pontes Et Al (2017) and Lima (2016) show the lack of knowledge and practice of financial management, which can generate not only financial but also psychological and social problems. Thus, the present research aims to identify the personal financial management practices adopted by the effective municipal public servants filled at City Hall in the Municipality of Sousa / PB. Data were collected through the application of a questionnaire consisting of 20 questions on respondents' profile, planning and control of personal finances, indebtedness and delinquency, and investments. A census was attempted, with 114 questionnaires answered. For the application of the questionnaires, visits were made in 09 (nine) Municipal Secretariats, such as: Social Action, Administration, Agriculture, Sports and Leisure, Finance, Government (Cabinet), Infrastructure, Planning and Tourism and in 03 sectors Culture, Attorney's Office and the Transit Superintendency - Sstrans). It is concluded that most of the servers have an understanding of the practices related to planning and personal financial control, the servers have aspects related to low indebtedness and delinquency, compared to other researches such as the SPC Brazil and others authors that served as the basis for this work, where the great majority shows a high level of financial lack of control of individuals and families. However, they should analyze more carefully the acquisition of loans to discharge debts, as well as the use of credit lines such as credit cards and store cards, since they can cause inconvenience and compromise financial tranquility . Another important fact is to think of investing, even with the income of a minimum wage, and with the inflationary crises, it is necessary that there be a financial reserve, for eventual situations.

Keywords: Personal finance; Planning and control; Indebtedness and default; Investments; Municipal public servants.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População e Amostra.	29
Tabela 2 –Perfil dos respondentes: gênero, idade, estado civil, dependentes e escolaridade..	33
Tabela 3 - Perfil dos respondentes: renda mensal líquida, tempo de atuação e desenvolvimento de outras atividades	34
Tabela 4 - Meios utilizados para realizar o registro / controle dos ganhos e gastos financeiros.	35
Tabela 5 - Procedimento utilizado para o registro / controle mensal dos ganhos e gastos financeiros	36
Tabela 6 – Dificuldades enfrentadas no registro / controle dos ganhos e gastos financeiros..	36
Tabela 7 – Motivos para não realizar o registro/controle dos ganhos e gastos financeiros.....	37
Tabela 8 – Modalidades de crédito utilizadas para disponibilizar recursos financeiros e realizar pagamentos	38
Tabela 9 – Ocorrência de desequilíbrio no orçamento familiar	39
Tabela 10 – Ações tomadas para lidar com o desequilíbrio	39
Tabela 11 – Principais compromissos que os servidores possuem.....	40
Tabela 12 – Compromissos financeiros dos servidores que estão em dia ou em atraso	41
Tabela 13 – Motivos que levaram a atrasar os compromissos financeiros.....	42
Tabela 14 - Investimentos.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDB Certificado de depósito bancário

CDC Crédito direto ao consumidor

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEC Instituto Brasileiro de Defesa do consumidor

SPC Sistema de proteção ao crédito

STTRANS Superintendência de Transito de Sousa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.2 OBJETIVO	13
1. 2. 1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL	15
2.2 GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS	16
2.2.1 Tipos de Investimentos	17
2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO	19
2.4 ENDIVIDAMENTO	22
2.4.1 Modalidades de Empréstimo e Financiamentos para Pessoas Físicas.....	23
2.5 INADIMPLÊNCIA	24
2.6 SERVIDORES PÚBLICOS	25
2.7 ESTUDOS CORRELATOS	26
3. METODOLOGIA	28
3.1 TIPO DE PESQUISA	28
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA	28
3.3 COLETA DE DADOS	30
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS	31
4. RESULTADOS	32
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	32
4.2 PLANEJAMENTO E CONTROLE DAS FINANÇAS PESSOAIS	34
4.2.1 Registro/controlado dos ganhos e gastos financeiros: meios, procedimentos e dificuldades	35
4.2.2 Registro/controlado dos ganhos e gastos financeiros: motivos para a não realização	37
4.3 ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA	37
4.3.1 Modalidades de crédito utilizadas:	38
4.3.2 Desequilíbrio no orçamento familiar: ocorrência e ações.	38
4.3.3 Compromissos financeiros: tipos, situações e razões (para o atraso).....	40
4.4 INVESTIMENTOS	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44

REFERENCIAS	47
APÊNDICES	53
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA	53

1. INTRODUÇÃO

Com a implantação do plano real nos anos 1990, a população brasileira passou por uma enorme transformação econômica, após décadas de altos índices inflacionários no país, onde a população tinha que fazer estoques de compras ou entrar nas filas dos postos de combustíveis, correndo contra o tempo devido ao aumento exacerbado dos preços, o país começava uma era de estabilização econômica, possibilitando ao consumidor fazer planos para o futuro (MORAIS, 2014).

O novo cenário contribuiu para o poder de compra das pessoas, no entanto, as mesmas não tinham noção de como gerir seus gastos, originando o endividamento e como consequência a inadimplência. Comprovando desta forma, a importância da educação financeira na vida dos indivíduos, e a falta de tal conhecimento, trás consigo a ausência da prática do planejamento, prejudicando a saúde financeira. Segundo Moreira-Carvalho (2013), a ausência de instrução sobre finanças pessoais leva alguns indivíduos a tomarem decisões que impactam negativamente em sua vida.

Desta forma, compreende-se que o estudo da educação financeira é de suma importância, pois não se trata apenas de gestão do dinheiro, mas também da importância da qualidade de vida que pode ser adquirida junto a hábitos simples como controlar, poupar, investir e fazer escolhas que mantenham saudáveis as finanças do indivíduo (BRITO, et al., 2012).

A educação financeira nas instituições de ensino, ainda é pouco estudada no Brasil, sendo sua literatura vista de uma forma limitada, quando se trata de gestão financeira pessoal. A exploração do tema, e o oferecimento de disciplinas correlatas, em cursos regulares de colégios, faculdades e MBAs é praticamente inexistente (SOUSA; TORRALVO, 2003).

A partir do momento que o indivíduo adquire tal conhecimento, ele já é capaz de gerir suas próprias finanças, nesse caso, quando se refere à gestão das finanças pessoais Cruz (2012) fala que com o conhecimento das contas de receitas e despesas, pode-se elaborar um planejamento bem estruturado e monitorá-lo periodicamente, controlando dessa forma o que foi obedecido e o que não foi no planejamento.

Segundo Moreira (2013) o aumento de crédito disponível à população, resultante da estabilização financeira do plano real, proporcionou as famílias brasileiras o aumento do nível de consumo, no entanto, pela falta de uma gestão financeira pessoal eficiente destas famílias, houve como consequência, o endividamento das mesmas, aumentando em níveis superiores ao aumento da massa salarial.

Portanto, a partir da explanação relatada, acerca da dificuldade que os indivíduos têm de gerir suas finanças pessoais, ou seja, o comprometimento de grande parte de seus salários, não conseguindo assim cumprir seus compromissos com a renda que ganha, surgiu o interesse em estudar o comportamento financeiro, de uma classe de trabalhadores em específico, os servidores públicos efetivos, pela seguinte questão, o fato de terem um emprego estável. De acordo com Lima (2016) os servidores públicos têm uma vantagem em relação às pessoas que trabalham no setor privado: a estabilidade. Fato este que pode agravar ou melhorar o controle de suas finanças pessoais.

Em meio a esta conjuntura, para muitas empresas, principalmente as que oferecem crédito, é sinônimo de lucro garantido, o que pode influenciar na propensão ao endividamento, e na inadimplência. Marisco (2012) afirma que, pelo fato da vulnerabilidade do consumidor e a facilidade de crédito, existe a necessidade de enfretamento no que se refere ao superendividamento, sendo este, um problema que está atingindo de maneira intensa os servidores públicos.

Desta forma procura compreender se os mesmos possuem conhecimento sobre gestão financeira pessoal, e se aplicam as práticas de gestão financeira em seu cotidiano, justamente pelo fator “estabilidade” já mencionada, ser visto como vantagem em relação aos que trabalham no setor privado quando da aquisição de cartões de créditos, empréstimos e financiamentos em geral.

Os servidores também possuem a disponibilidade de conseguir uma linha de crédito diferenciada quando se trata de taxas menores de juros, são os empréstimos consignados, o qual é uma operação de crédito ofertada aos mesmos, sejam eles da esfera Municipal, Estadual ou Federal, onde o desconto é feito direto na folha de pagamento do órgão público em que trabalha, através de parcelas mensais fixas e juros bem inferiores em relação aos outros empréstimos. Atualmente, é um dos mais utilizados. De acordo com Santos (2004) esta modalidade de empréstimo é ótima para os bancos, pelo baixo risco de inadimplência e o reduzido custo operacional.

Em vista disso, seja o empréstimo consignado, empréstimo pessoal, ou qualquer outro tipo de crédito, caso não sejam utilizados de maneira consciente, como também a inexistência de um bom planejamento financeiro pessoal, controle de gastos, elaboração de orçamentos familiar ou individual, a estabilidade considerada uma solução, torna-se um problema, acarretando uma série de consequências maléficas na vida do indivíduo, iniciando pela financeira, e disseminada em outras vertentes, como a qualidade de vida profissional e pessoal.

Diante de tal fato questiona-se: Diante de tal fato questiona-se: **Quais as práticas de gestão financeira pessoal adotadas pelos servidores públicos municipais efetivos lotados na Prefeitura Municipal de Sousa/PB?**

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo geral

- Investigar as práticas de gestão financeira pessoal adotadas por servidores públicos municipais efetivos, lotados na Prefeitura Municipal de Sousa/PB.

1.2.2 Objetivos específicos

- Traçar o perfil socioeconômico dos servidores pesquisados.
- Identificar as práticas relacionadas ao planejamento e controle financeiro pessoal.
- Verificar aspectos relacionados ao endividamento e à inadimplência.
- Identificar características relacionadas às decisões de investimento.

1.3 JUSTIFICATIVA

O endividamento, que gera inadimplência, pode ser motivado por diversos fatores, como desemprego, má gestão do orçamento, como a dificuldade de preparar um planejamento de longo prazo que envolva receitas e despesas previstas (BRITO, et al., 2012). Assim sendo, vemos que tanto as empresas como nós, pessoas físicas, devemos ter certo conhecimento sobre gestão financeira e suas ferramentas.

Em meio ao surgimento de novas tecnologias, com a disponibilidade de novas tecnologias, variedade de produtos e serviços disponíveis no mercado, tudo isso representa um leque de oportunidades de consumo, desta forma, o indivíduo deve ter conhecimento sobre gestão financeira pessoal, como também colocá-los em prática para que esta diversidade seja utilizada e maneira consciente, sem provocar transtornos de endividamento e inadimplência.

Lima (2016) ressalta, que para tomar decisões e planejar o futuro, o conhecimento sobre educação financeira possui grande importância neste sentido.

Para a grande maioria das pessoas, o problema de estarem endividadas, surge mais pela falta de conhecimento de educação financeira básica, do que mesmo por falta de renda, (ARAÚJO, et al 2012).

No Brasil, as principais causas do endividamento dizem respeito à falta de educação financeira, ao consumo excessivo, ao nível de renda baixa e, principalmente, à inversão de valores em que a maioria das pessoas acredita que o ter está acima do ser (LOPES et al (2014). Em relação aos servidores públicos, considera-se como fator importante a ausência dos conhecimentos e práticas de gestão financeira, para uma melhor utilização de seu patrimônio.

Nesse contexto a educação financeira é fundamental, visto que influencia diretamente nas decisões econômicas dos indivíduos e das famílias (MATSUMOTO et al., 2013). Apresenta-se como importante, explorar seus estudos, aumentar seu campo de visão em relação aos servidores públicos e demonstrar o significado de inserir a educação financeira na vida, não somente por objetivos financeiros, mas pela busca de uma boa qualidade de vida.

Segundo PONTES et AL (2014), descontroles financeiros podem ocasionar problemas sérios de endividamento, bem como levar a consequências maléficas significativas na atuação do profissional, sendo o servidor efetivo alvo fácil, caso não tenha em seus planos, o cuidado com suas finanças pessoais.

Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2007) no que se refere aos servidores públicos, os mesmos reforçam que, uma boa qualidade de vida pessoal e profissional pelos mesmos, está diretamente ligada a uma saúde financeira equilibrada

Conforme dados do Banco Central (2013), os servidores públicos devem R\$ 135,2 bilhões aos bancos por meio de empréstimos consignados, o que corresponde a um volume 7,5 vezes maior que os débitos obtidos por trabalhadores da iniciativa privada.

O trabalho em questão tem como justificativa buscar compreender a relação dos servidores com o crédito, aprofundando assim o conhecimento em gestão financeira pessoal, trazendo o entendimento sobre os motivos que levaram a possíveis descontroles financeiros.. Investigar se os mesmos aplicam em seu cotidiano as ferramentas da gestão de finanças pessoais, para uma melhor qualidade de vida financeira.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo aborda as teorias que dão embasamento a esse estudo, serão relatadas definições na busca de esclarecer os pressupostos que fundamentam a pesquisa, a partir de contribuições de outros autores, os quais estão sendo usados como base para o referido Trabalho, como também e exposição de outros estudos correlatos ao tema.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL

A alfabetização financeira consiste no conhecimento básico e capacidade de decisão financeira, relativas principalmente a contratação de dívidas, (FLORES, et al. 2011). Isso significa possuir pelo menos instruções simples sobre finanças, saber aplicá-las em seu cotidiano em se tratando de finanças, conhecer como controlar suas contas, ter noção de como fazer um orçamento que possa auxiliar a ter uma saúde financeira estável.

Segundo Mendes (2015) a Educação financeira vem se tornando um dos assuntos mais comentados e discutidos nos últimos anos, devido a sua extrema importância para o desenvolvimento da economia e principalmente dos indivíduos e famílias. Sendo esta, relacionada à capacidade de tomar as decisões financeiras da melhor maneira possível.

O conhecimento acerca das finanças vem sendo reconhecido como uma habilidade essencial para os indivíduos que estão inseridos em um cenário financeiro cada dia mais complexo. Em decorrência disso, governos de todas as partes do mundo estão empenhados, em encontrar abordagens eficazes para melhorar seu nível entre a população, através da criação ou aperfeiçoamento de suas estratégias nacionais, com o objetivo de oferecer oportunidades de aprendizagem nos diferentes níveis educacionais (ATKINSON; MESSY, 2012).

De acordo Potrich, et al (2014), educação financeira pode ser entendida como um processo de desenvolvimento de habilidades que facilitam às pessoas tomarem decisões acertadas, realizando uma boa gestão de suas finanças pessoais. Em concordância com o autor é notável que tais habilidades podem ser adquiridas ao longo do tempo, através de dedicação e esforço, trazendo como consequência, a capacidade de gerir suas finanças de forma ágil, sem complicações, com benefícios de curto e longo prazo ao indivíduo, como por exemplo, a presença da adimplência nas finanças pessoais do indivíduo.

A educação financeira é entendida como uma medida preventiva, permitindo que os indivíduos tenham condições de entender problemas financeiros e gerenciar suas finanças pessoais de forma satisfatória, evitando o endividamento, ANDERLONI; VANDONE (2010).

Para Filho (2003), é extremamente importante que se saiba como poupar, escolher os investimentos que geram a melhor rentabilidade, administrar os riscos envolvidos nessas operações, além de se enquadrar no perfil de investidor que melhor se adapte aos seus objetivos de curto e longo prazo.

A partir da educação financeira é vista como uma maneira de adquirir conhecimentos e informações sobre comportamentos simples os quais podem contribuir de forma significativa na melhoria da qualidade de vida das pessoas e da comunidade em geral. Sendo um instrumento de desenvolvimento econômico (MENDES, 2015).

2.2 GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS

No que se refere ao termo finanças o mesmo pode ser definido como a movimentação de recursos, seja através do dinheiro ou posses, pertencentes às empresas públicas ou privadas, e quando esta é voltada para o indivíduo é denominada de finança pessoal, direcionada para apenas um indivíduo ou famílias, (LIMA, 2016). As Finanças Pessoais tem o papel de amparar os indivíduos em suas decisões de como gastar seus ativos da melhor maneira possível, tendo o controle, possuindo o hábito de poupar, preocupar-se com o planejamento, estipular objetivos, sejam eles de curto, médio ou longo prazo.

As finanças pessoais tratam sobre a unidade econômica básica, dispendo sobre seus hábitos e decisões em relação ao consumo, planejamento, investimento, endividamento, etc. Tem importância imprescindível tanto em relação ao individual como ao coletivo, influenciando no equilíbrio econômico do país, (SILVESTRE, 2016).

Segundo Cherobim (2011) finanças pessoais é considerada uma ciência que “estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família”. Ele acrescenta que estudos de opções de financiamento, orçamento doméstico, cálculo de investimentos, gerenciamento de conta corrente, planos de aposentadoria, acompanhamento de patrimônio e acompanhamento de gastos são todos exemplos de tarefas associadas a finanças pessoais. Na visão de Borges (2011) finanças pessoais consiste na administração por parte do indivíduo, das entradas e saídas de dinheiro do orçamento.

MORAIS, (2013) afirma que ter as finanças pessoais organizadas é uma atitude importante a tomar, para entender qual a limitação e situação financeira, além de ser um mapa

para a tomada de decisões financeiras, que ajuda a não cometer ações que levam a uma posterior dificuldade financeira e fase de endividamento.

Estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. (FRANKENBERG, 2010). Diante da afirmação do autor, torna-se evidente que, esta estratégia é de suma importância na busca pelo equilíbrio financeiro, o indivíduo disciplinado financeiramente, tem a oportunidade de aumentar seu patrimônio ou de sua família, e consequentemente adquirir uma vida financeira estável.

Em países onde a economia se mantém estável há muitos anos, a cultura e a preocupação com o desempenho das finanças individuais estão enraizadas, o que acaba contribuindo para a economia e desenvolvimento do país, (BATISTA, et al 2014). Isso mostra a importância das finanças pessoais na economia de um país, evidenciando que não apenas as empresas, mas o indivíduo também é responsável pelo equilíbrio financeiro nacional.

A administração das finanças pessoais no Brasil necessita de maiores pesquisas, de modo a melhor se compreender o comportamento dos indivíduos, sobretudo aqueles que estão iniciando sua vida educacional e profissional, CONTO, Et al (2014).

O Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central do Brasil (2016), define a educação financeira como meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico.

A ineficiente gestão das finanças pessoais tem desencadeado muitos conflitos familiares, bem como tem resultado em dificuldades de relacionamento entre as pessoas de uma sociedade. Possivelmente esta deficiência decorre da inexistência de um processo formal de educação voltado às finanças pessoais, tanto no seio das famílias, como das escolas, HITE, et al (2011). Isso evidencia que a Educação Financeira não pode ser considerada irrisória, pois não afeta tão somente o bolso do indivíduo, mas sim tem impactos em outras situações de sua vida.

2.2.1 Tipos de Investimentos

Segundo Santos e Barros (2011), existe a disponibilidade de vários produtos e serviços, no mercado financeiro e de capitais para quem tem o interesse em investir seu dinheiro.

Para Oliveira e Kaspczak (2013), os principais investimentos realizados relacionados às finanças pessoais são: Caderneta de Poupança, Certificados de Depósito Bancário, Fundos de Investimentos e Mercados de Ações.

2.2.1.1 Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança é considerada a mais tradicional entre os investimentos, e a mais conhecida como também utilizada. Conforme Fortuna (2008, p. 314), a caderneta de poupança é uma aplicação simples e tradicional, que permite aplicação de pequenas somas e liquidez. Esta possui perdas rentáveis, quando são realizados saques fora da data em que foi aplicado.

Conforme Assaf Neto (2003) a caderneta de poupança torna-se uma alternativa de aplicação financeira considerada conservadora, tendo uma disponibilidade de segurança maior, pelo fato do governo garantir até certo total de limite e remuneração baixa em comparação a outros tipos de ativos existentes no mercado.

2.2.1.2 Certificado de Depósito Bancário

De acordo com Assaf Neto (2003, p.176) os chamados CDBs (certificado de depósito bancário) são títulos de renda fixa emitidos pelos bancos Comerciais/Múltiplos e bancos de Investimentos, tendo por finalidade lastrar operações de financiamento de capital de giro.

Segundo o Banco Central (2018), o CDBs são títulos privados representativos de depósitos a prazo feitos por pessoas físicas ou jurídicas. Podem emitir CDB os bancos comerciais, múltiplos, de investimento, de desenvolvimento e a Caixa Econômica Federal. Podem emitir RDB, além desses, as sociedades de crédito, financiamento e as cooperativas de crédito a seus associados.

2.2.1.3 Fundos de Investimentos

Podem ser adquiridos através de bancos, corretoras e distribuidoras. O valor mínimo de aplicação depende da instituição e do tipo de fundo que se deseja adquirir, assim como o rendimento e prazo. Possuem normalmente taxa de administração para remunerar o gestor dos fundos, além de poderem ter taxa de performance (RAMBO 2014, pag.71).

Segundo o Banco Central (2018) fundo de investimento é uma comunhão de recursos, constituída sob forma de condomínio, destinado à aplicação em ativos financeiros no mercado financeiro e de capitais.

2.2.1.4 Mercado de Ações

A aquisição de uma parcela referente ao capital de uma determinada empresa representa as ações. São títulos de parte menor do capital social de uma empresa, sendo de sociedade anônima, sociedade por ações ou companhia, (ASSAF NETO, 2013).

Conforme Macedo Júnior (2007) as ações são documentos os quais tornam uma pessoa parte acionista da empresa e participe dos resultados desta. Estas não possuem prazo como também podem ser resgatadas ou adquiridas em qualquer ocasião, por meio de negociação no mercado financeiro, (ASSAF NETO, 2013).

2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Planejar é estabelecer antecipadamente ações a serem executadas, estimar recursos a serem empregados definindo as atribuições correspondentes de responsabilidade em relação a um determinado período futuro, para que os objetivos sejam alcançados satisfatoriamente, (SANVICENTE; SANTOS, 2011).

Conforme Frankenberg (1999), o planejamento financeiro pessoal não é algo intangível muito menos estático ou rígido, pelo contrário é um plano que as pessoas fazem de acordo como os seus valores e objetivos buscando assim alcançar determinadas aspirações. As afirmações do autor mostram que, qualquer o indivíduo é capaz de fazer seu próprio planejamento financeiro dependendo tão somente do mesmo, a onde almeja chegar, se possui metas, desejando alcança-las de maneira eficiente.

O planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos (GITMAN, 2001, p.43).

Os indivíduos ou organizações precisam constantemente organizar sua contas, este hábito evita a inadimplência e conseqüentemente o endividamento. Tal atitude trás consigo a oportunidade de pensar no futuro, planejá-lo para atingir os objetivos almejados, no caso das empresas podemos mencionar a ascensão financeira, o crescimento da mesma, e em relação aos indivíduos estes objetivos podem ser inúmeros, conforme o desejo de cada pessoa tais

como, a compra da casa própria, viagens, aquisição de um veículo novo, como também adquirir reserva de patrimônio, para eventuais ocasiões futuras.

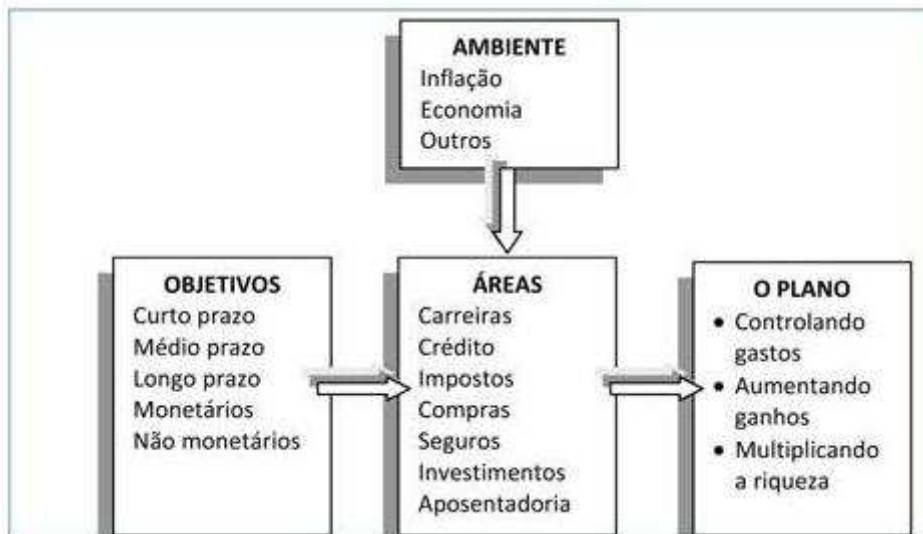
Calixto (2007, p.23) fala que o Planejamento financeiro pessoal é o trabalho de organização de informações relevantes para que se obtenha saúde financeira no controle e gestão das finanças pessoais. Estabelecendo objetivos, etapas, prazos e os meios necessários para garantir a proteção e estabilidade do patrimônio pessoal. Sendo este, um processo que exige disciplina, equilíbrio para que estas operações sejam executadas de forma eficiente, no intuito de almejar os objetivos traçados.

Santos, (2014, p.23):

É indispensável que as famílias ou pessoas registrem e monitorem continuamente todas as receitas obtidas e os gastos realizados em determinado período. Trata-se da formalização do planejamento financeiro, o qual permitirá que a pessoa visualize de forma organizada como estão suas contas hoje e como elas ficarão no período projetado, caso nenhum evento adverso aconteça.

Para execução do planejamento financeiro se faz necessário à utilização de planilhas financeiras, fluxos de caixa para que se torne possível identificar os gastos necessários e eliminar os excessivos de acordo com a renda obtida, é necessário o entendimento sobre a relação entre o dinheiro e as variáveis que influenciam o comportamento das pessoas, como status, poder e luxo (BORGES, 2013).

Segundo Eid e Garcia (2005), com o planejamento que se conhece em detalhes os ganhos, como também gastar adequadamente, aprender a poupar e controlar as finanças para atingir os objetivos pretendidos. O planejamento financeiro é essencial para uma vida equilibrada e saudável. Os referidos autores apresentam ainda, um modelo de planejamento financeiro ideal, onde o ponto inicial é o conhecimento dos valores, objetivos e prioridades, tanto pessoais como da família. (Figura 1), onde é exposto a seguir:

Figura 1 - Modelo de planejamento financeiro

Fonte: Adaptado Eid júnior e Garcia (2005)

Conforme o modelo de planejamento financeiro exposto pelos autores na figura acima o desenvolvimento de plano financeiro é iniciado através da implantação dos objetivos em diversos períodos da vida (curto, médio e longo prazo), em seguida, é definido quais serão as atitudes executadas em várias áreas do planejamento como a escolha da carreira, a gestão de crédito e seguros, investimentos ou aposentadoria. Os fatores externos como a inflação e a economia, os quais podem influenciar, são analisados e inseridos neste plano e, desta forma, conduz tudo ao plano financeiro.

Halfeld (2006) menciona alguns objetivos em relação ao planejamento financeiro que se tornam indispensáveis: certificar que as despesas do indivíduo ou família sejam sustentadas por recursos obtidos de fontes sobre as quais tenha controle, dessa maneira sem a necessidade de depender de fontes de outros; a distribuição das despesas deve ser proporcionalmente conforme as receitas; se houver utilização de recursos de terceiros, que os mesmos sejam realizados ao menos custo e menor tempo possível; as metas pessoais devem ser alcançadas conforme as condições de cada indivíduo; o patrimônio pessoal aumente de forma considerável, e assim amplia-se a independência financeira e a necessidade de trabalhar para terceiros ou tomar recursos emprestados para finalidades de consumo.

O Planejamento Financeiro é o processo de reflexão e aprendizado indispensável para a identificação da capacidade financeira, pois busca o amadurecimento, é exposto cinco passos para que isso ocorra: convencimento pessoal, isso significa que o indivíduo deve resistir ao consumismo; conhecimento financeiro é busca pelo conhecimento técnico; definição de objetivos, escolhendo suas prioridades; mudança de hábitos, o que significa

organizar sua rotina para não fugir de seus objetivos; investimento, o qual é ter o controle do que se conseguiu poupar no intuito de rendimentos futuros, (CARVALHO, 2016).

Para Calixto (2007) o planejamento financeiro é bem mais do que controle das despesas, inclui também o controle de gastos, a elucidação e correção por períodos de metas lançadas, investimentos e verificar cada progresso que está sendo executado, sendo feito em períodos de longo, médio ou curto prazo, de forma flexível e alterado, conforme os objetivos e expectativas de cada indivíduo.

Planejar e controlar são processos integrados e que estão permanentemente se aprimorando. da mesma forma que elaborar um planejamento financeiro, é fazer o acompanhamento periodicamente, no intuito de averiguar se as ações que foram tomadas estão levando ao alcance dos resultados esperados (MENDES, 2015).

O Planejamento financeiro pessoal, o controle de gastos é de extrema importância para evitar o endividamento e conseguir poupar para futuros investimentos. (CALIXTO, 2007,p.74).

2.4 ENDIVIDAMENTO

Ferreira (2006), fala que endividamento deriva-se do verbo endividar-se e representa a contração de uma dívida. Rocha (2000) diz que, o endividamento possibilita o acesso a novos bens e serviços, porém compromete as pessoas ao pagamento de prestações por períodos que podem ser bastante longos e, em consequência, a família passa a depender cada vez mais de um nível de renda regular e crescente, que deve ser garantido para honrar seus compromissos, a fim de realizar os seus desejos de progresso.

Segundo Marques; Frade (2003), o endividamento consiste na utilização por um indivíduo de recursos de terceiros para fins de consumo e, ao se apossar desse recurso, estabelece um compromisso em devolver, na data estabelecida, tal montante, normalmente acrescido de juros e correção monetária.

Claudino (2009), apresenta como ferramentas que contribuem para o endividamento, o cheque especial, cartão de crédito, crediário, crédito imobiliário, crédito consignado, crédito produtivo (investimentos e capital de giro), hipotecas, empréstimos com agiotas, parentes e amigos.

Quando o consumidor recorre ao crédito para antecipar a aquisição de bens e serviços, automaticamente gera dívidas às quais, passarão a compor de forma negativa ou positiva no orçamento familiar. Caso o compromisso assumido não esteja em consonância com as

possibilidades do devedor haverá um desequilíbrio nas finanças, logo, o endividamento somente será uma boa opção se os recursos gerados forem satisfazer uma necessidade e seu pagamento couber no orçamento futuro. (MOREIRA;CARVALHO 2013).

Devido ao aumento significativo da oferta de crédito motivado pela expansão dos prazos de pagamento e o baixo custo dos financiamentos, vem incentivado às pessoas a consumirem mais, resultando em níveis de endividamento elevados, (CLAUDINO, 2009)

No que diz aos Servidores públicos a propensão ao endividamento está diretamente associada à renda do indivíduo, o funcionário público poderia apresentar uma propensão ao endividamento superior. (FLORES, et al. 2011). Justamente pelo fato de possuírem renda garantida, ou seja, a estabilidade financeira, e caso a mesma não seja utilizada de forma correta, infelizmente trás consequências drásticas à saúde financeira do indivíduo, causando o endividamento.

2.4.1 Modalidades de Empréstimo e Financiamentos para Pessoas Físicas.

Entre as modalidades de financiamentos e empréstimos que são destinadas às pessoas físicas, apresentadas por Santos (2014), são: Cheque especial, Cartão de crédito, crédito pessoal, Crédito estudantil, Crédito consignado, Crédito direto ao Consumidor (CDC), Financiamento Habitacional, Financiamento de Veículo, Leasing, Consórcio, Crédito Rural e Microcrédito.

Estas modalidades são definidas da seguinte forma, de acordo com Santos (2014) e o Banco Central do Brasil:

- a) Cheque Especial é uma linha de crédito para cobrir transações, como por exemplo cheques, que ultrapassem o valor existente na conta. Funciona como uma operação de crédito vinculada à conta corrente de um cliente, na qual determinado limite de crédito é disponibilizado para utilização através de simples movimentação da conta corrente, sem necessidade de comunicação prévia à instituição financeira (BANCO CENTRAL, 2018).
- b) Cartão de Crédito é o cartão de crédito exclusivo para o pagamento de compras, contas ou serviços (BANCO CENTRAL, 2018).
- c) Crédito pessoal é a modalidade de crédito que é condicionada à amortização de forma parcelada do valor principal acrescida de juros, (SANTOS, 2014).
- d) Crédito estudantil este tipo de crédito tem por objetivo facilitar para alunos interessados ingressarem no ensino superior, (SANTOS, 2014).

- e) Consignado é uma modalidade de empréstimo em que o desconto da prestação é feito diretamente na folha de pagamento ou de benefício previdenciário do contratante. A consignação em folha de pagamento ou de benefício depende de autorização prévia e expressa do cliente. (BANCO CENTRAL,2018)
- f) Crédito Direto ao Consumidor (CDC) é uma operação de crédito que é concedido para que pessoas físicas possam adquirir produtos ou serviços, cuja instituição concessora são lojas de departamento, financeiras e bancos (SANTOS, 2014).
- g) Financiamento habitacional: Como o próprio nome indica, este tipo de empréstimo é contraído para financiar um imóvel habitacional, (SANTOS, 2014).
- h) Financiamento de veículos: Os financiamentos deste tipo destinam à aquisição de carros usados ou novos, (SANTOS, 2014).
- a. O leasing é um contrato denominado na legislação brasileira como “arrendamento mercantil”. As partes desse contrato são denominadas “arrendador” (banco ou sociedade de arrendamento mercantil) e “arrendatário” (cliente). O arrendador adquire o bem escolhido pelo arrendatário, e este o utiliza durante o contrato, mediante o pagamento de uma contraprestação, (BANCO CENTRAL, 2018).
- i) Consórcio: Refere-se à reunião de pessoas físicas (ou jurídicas) para que possam adquirir imóveis, móveis ou serviços. O participante de cada grupo fechado, denominados de cotistas, contribuem em forma de parcelas ou prestações mensais para formar uma poupança comum, (SANTOS,2014).
- j) Crédito rural: É uma modalidade de financiamento que se destina a produtores rurais e organizações cooperativas, bem como a associações de agricultores, (SANTOS, 2014).
- k) Microcrédito refere-se à modalidade de investimento/crédito que busca o atendimento de necessidades de cunho financeiro a pessoas físicas e/ou jurídicas empreendedoras que atuam em atividades de pequeno porte, (SANTOS, 2014).

2.5 INADIMPLÊNCIA

A inadimplência é caracterizada como a falta de pagamento ou o não cumprimento de uma obrigação ou cláusula contratual (SEHN; CARLINI, 2007). Nesta conjuntura o não pagamento de alguma obrigação pode ocasionar vários problemas para empresa, trazendo prejuízo para essas organizações. Atualmente estes problemas também vêm afetando os indivíduos seja, socialmente, de cunho comportamental ou até mesmo sua saúde. Segundo

(DAROS; PINTO, 2017) é preciso conhecer os fatores que levam a inadimplência para poder preveni-la.

Maia, (2007), diz que o inadimplemento, o não cumprimento da obrigação, vem acontecendo de forma corriqueira. Em regra, as obrigações são voluntariamente cumpridas, seja espontaneamente, por iniciativa do devedor, seja após a interpelação feita pelo credor. Mas, nem sempre é assim.

Andrade et al. (2008), afirmam que a mesma acontece porque o consumidor sofre impactos constantes na sua renda e estes determinam os limites e restrições orçamentárias do consumidor fazendo com que ele perca o controle estando propício a ser inadimplente. É considerado inadimplente o tomador de empréstimo que tiver pelo menos uma parcela com atraso superior a 90 dias. (MAGDALON, W. P.; FUNCHAL, B., 2016).

Conforme Ruberto, et al., (2013), a inadimplência é consequência natural do processo de endividamento indiscriminado. Para CAMPARA, et al (2016) no momento em que um indivíduo contrai uma dívida já é considerado automaticamente endividado, quando deixa de pagar algumas parcelas torna-se sobre endividado e quando a situação ultrapassa todas as condições de pagamento a pessoa torna-se inadimplente.

2.6 SERVIDORES PÚBLICOS

Na constituição Federal, não possui uma definição exata, sobre os servidores públicos, mas sim normas e direitos a serem seguidos, porém alguns estudiosos, tiveram a preocupação de delimitá-los.

Segundo Di Pietro (2003), são considerados servidores públicos, pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos.

São trabalhadores que não pertencem à iniciativa privada, os quais são remunerados pelos impostos pagos pela população, estando a serviço dos mesmos, devem ser contratados através de concurso público, no entanto existem outras formas de contratação, como processos seletivos, contratação por excepcional interesse público, comissionados.

Para Meirelles (1996), são todos os agentes públicos que se vinculam à administração pública, direta e indireta do estado, sob regime jurídico.

Para tais cargos, existe uma série de categorias a serem abordadas, no entanto, nosso objeto de estudo são os efetivos ou emprego público, os quais possuem estabilidade empregatícia.

Os empregados públicos, que ocupam suas funções através de concurso público e submetem-se a todos os demais preceitos constitucionais referentes à investidura, acumulação de cargos, vencimentos e determinadas garantias e obrigações previstas, entretanto, são contratados pelo regime da legislação trabalhista, com algumas alterações lógicas decorrentes do Direito Administrativo. (BONEZZI e PEDRAÇA, 2008).

Já em relação aos os servidores estatutários segundo (BONEZZI e PEDRAÇA, 2008) os mesmos submetem-se a um estatuto, fixado em lei, para cada uma das unidades da federação. Assim, os novos servidores, ao serem colocados no cargo, já ingressam numa situação jurídica previamente delineada, não podendo modificá-la, mesmo com a anuência da Administração, vez que o estatuto é lei, portanto, norma pública.

2.7 ESTUDOS CORRELATOS

Este Tópico tem a finalidade de expor alguns trabalhos relacionados a Finanças Pessoais e Servidores Públicos.

Moreira (2013) teve como objetivo em seu trabalho conhecer o perfil das finanças pessoais de professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Formoso-BA, partindo das seguintes hipóteses: os professores não praticam educação financeira; utilizam créditos de forma indiscriminada, sem controle.

Para Pontes Et Al (2014) tiveram por finalidade de sua pesquisa foi relacionar as práticas financeiras entre funcionários efetivos e prestadores de serviços (terceirizados) lotados em um Hospital Público da cidade de João Pessoa/PB, incluindo seus hábitos de consumo e de investimentos e sua relação com a educação financeira. A análise dos resultados obtidos através da aplicação dos questionários com a amostra investigada, composta integralmente pelos funcionários do Hospital público objeto desta pesquisa. A amostra total obtida foi de 183 respondentes.

O trabalho elaborado por Silva; Texeira e Beiruth (2015) foi identificar o perfil dos servidores públicos, de um município do centro-oeste brasileiro, diante do significado da expressão “educação financeira”. Foi realizada uma pesquisa quantitativa descritiva no município de Tangará da Serra (MT), com 800 servidores municipais efetivos entre os dias 16 a 23 de setembro de 2015.

A pesquisa elaborada por Lima (2016) foi analisar o grau de conhecimento que os servidores públicos Municipais da Prefeitura de São Fernando/RN, possuíam em relação às suas finanças pessoais e se aplicavam tal conhecimento, foi realizada com 98 servidores efetivos. Por se tratar de servidores efetivos e terem estabilidade estão sujeitos realizarem investimentos e obterem mais facilidade com algumas modalidades de financiamento, a partir disso é necessário um bom orçamento pessoal e um planejamento financeiro adequado.

Silva; Saturnino; Araújo (2016) buscou relacionar a educação financeira com os hábitos de consumo, investimento e percepção de risco de servidores públicos da Justiça Federal da Paraíba. A população da pesquisa compreendeu todos os servidores da Seção Judiciária da Justiça Federal na Paraíba, situada na capital do Estado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

No referido t3pico 3e apresentado roteiro da pesquisa, com a defini33o do tipo de estudo, procedimentos e abordagem do problema, a descri33o do universo e amostra, os instrumentos de pesquisa que ser33o utilizados e tamb33m como ser33a feito o tratamento de dados.

De acordo com (KAUARK, 2010), a metodologia 3e a explica33o minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda a33o desenvolvida no m33todo (caminho) do trabalho de pesquisa. Sendo composta de partes que descrevem local, sujeitos, o objeto de estudo, m33todos e t33cnicas, que em v33rias ocasi33es est33o descritos como procedimentos da pesquisa, as limita33es da pesquisa, o tratamento de dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Na elabora33o deste trabalho, foram utilizadas pesquisas bibliogr33fica, dando origem a ao levantamento bibliogr33fico atrav33s livros, revistas, artigos, monografias e sites acerca do tema, realizando a sele33o de pontos relevantes.

A referida pesquisa trata-se de um estudo quali-quantitativo de campo com procedimento descritivo. Segundo Marcone e Lakatos (2010), a pesquisa com o objetivo descritivo, procura descrever situa33es, fen33menos ou contextos, estipulados, de forma que o pesquisador n33o interfira nos resultados. Quanto 3a metodologia qualitativa ele aborda que a mesma procura analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano.

Para Fonseca (2002, p. 20), uma pesquisa 3e quantitativa quando os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A cidade de Sousa-PB ocupa uma 3rea de 738,547 km²; conforme o 3ltimo censo de 2015 3e constitu33do por uma popula33o de 65.803 habitantes, tendo uma estimativa para o censo de 2017 de 69.554 habitantes, estando na sexta coloca33o dentre os munic33pios mais populosos do estado, o primeiro de sua microrregi33o. (IBGE, 2018).

A prefeitura de Sousa possui 1.433 servidores efetivos sendo, 689 lotados pela Secretaria de Saúde, 511 lotados na Secretaria de Educação, e 233 lotados na prefeitura distribuídos em 55 cargos, em 09 Secretarias (Administração, Ação Social, Agricultura, Esporte e Lazer, Finanças, Governo, Infraestrutura, Planejamento, e Turismo) e 03 Setores (Superintendência de Transito de Sousa - Sstrans, Procuradoria e Fundação Municipal de Cultura). (PORTAL DA TRANSPARENCIA, 2018),

Vale ressaltar que o município dispõe de outros departamentos como a Controladoria, e a Secretaria de Comunicação, entretanto, verificou-se que não há servidores efetivos lotados nos mesmos, como é exposto no portal da transparência do município e folha de pagamento, também possui o Departamento de Água Esgoto de Sousa – Daesa, o qual não obteve informações sobre o mesmo.

O universo da pesquisa é composto pelos 233 servidores efetivos lotados na Prefeitura Municipal de Sousa, a escolha desta população, surge pelo fato da grande quantidade de servidores lotados na Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, sendo uma população extensa, para realizar uma coleta de dados em um curto espaço de tempo, posto isso, estas secretarias podem se tornar objeto de estudo em pesquisas futuras.

A amostra foi composta por servidores lotados nas 09 Secretarias do município, Ação Social, Administração, Agricultura, Esporte e Lazer, Finanças, Governo (Gabinete), Infraestrutura, Planejamento e Turismo e por 03 setores (Fundação de Cultura, Procuradoria e a Superintendência de Transito – Sstrans).

Tabela 1 – População e Amostra.

Secretaria/Setor	População		Amostra
	Quantidade	Quantidade	Porcentagem
Administração	24	16	66,67%
Ação Social	41	21	51,21%
Agricultura	12	07	58,33%
Esporte e Lazer	1	0	0%
Finanças	27	15	55,55%
Governo (Gabinete)	15	08	53,33%
Infraestrutura	18	07	38,89%
Planejamento	14	13	92,85%
Turismo	1	0	0%
Fundação de Cultura	39	13	33,33%
Procuradoria	9	04	44,44%
Superintendência de Trânsito (STTRANS)	32	10	31,25%
Total de servidores (Prefeitura)	233	114	48,92%
Total de servidores (pesquisados)	114		

Fontes: Sagres (2018) e Dados da pesquisa (2018).

3.3 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados durante o mês de junho de 2018, por meio da aplicação de um questionário (Apêndice A), elaborado com base nas pesquisas SPC Brasil (2014), SPC Brasil (2017), SPC Brasil (2014), Costa Júnior (2014), Lima (2016) e Pontes et al (2014).

O referido questionário é composto por 20 perguntas, agrupadas em 4 partes, a saber: Perfil do respondente (Parte I); Planejamento e controle das finanças pessoais (Parte II); Endividamento e inadimplência (Parte III); Investimentos (Parte IV).

Com relação ao perfil dos respondentes, foram coletados dados, por meio de 8 perguntas abertas e fechadas, sobre: gênero; idade; estado civil; existência e quantidade de dependentes; escolaridade; remuneração líquida mensal; tempo de atuação como servidor público na organização; e desenvolvimento de outra atividade profissional remunerada.

No que se refere ao planejamento e controle das finanças pessoais, foram coletados dados, por meio de 4 perguntas fechadas. Foi feito questionamento inicial sobre o(s) meio(s) utilizado(s) para realização de registro/controlado dos ganhos e gastos financeiros. Com base na resposta a esse questionamento foi solicitado aos respondentes que realizam algum registro / controle, a indicação do procedimento utilizado para efetuar o registro/controlado, bem como a indicação das dificuldades enfrentadas para realizar o registro/controlado. Ainda com base no questionamento inicial, foi solicitado aos respondentes que não realizam registro/controlado, a indicação dos motivos para não registrar/controlar.

Já com relação ao endividamento e a inadimplência, foram coletados dados, por meio de 5 perguntas fechadas, a saber: modalidades de crédito utilizadas; ocorrência de situação em que não foi possível honrar os compromissos financeiros assumidos; ações realizadas para quitar os compromissos assumidos (diante de situações adversas que impossibilitaram o pagamento); principais compromissos financeiros que possui (com indicação de estarem com pagamento em dia ou em atraso); indicação dos motivos que levaram a não conseguir honrar os compromissos financeiros.

Por fim, com relação aos investimentos, foram coletados dados, por meio de 3 perguntas fechadas. A partir de um questionamento inicial sobre possuir ou não investimentos, foram feitas 2 perguntas: 1 relacionada aos investimentos que o respondente possui (para os que afirmaram no primeiro questionamento) e 1 relacionada às razões que

impedem o respondente de possuir investimentos (para os que negaram no primeiro questionamento).

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Foram colhidos 114 questionários, nas nove secretarias e três setores visitados, estes questionários foram enumerados para uma melhor identificação e controle, em seguida todas as perguntas e suas respectivas respostas foram digitalizadas para facilitar a contagem e o cálculo das porcentagens. Foi utilizado o *software Excel*, para a tabulação dos dados.

Depois dos dados digitados e tratados, utilizando o *software Excel*, foram elaboradas as tabelas, utilizando o *software Word*. Os resultados foram organizados em tabelas, de acordo com cada pergunta do questionário, utilizando-se as frequências das respostas e os respectivos valores percentuais.

4. RESULTADOS

Os resultados da presente pesquisa são apresentados seguindo os objetivos específicos estabelecidos: perfil dos respondentes; planejamento e controle das finanças pessoais; endividamento e inadimplência; e investimentos.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Segundo Gil (2010) o perfil sócio econômico trata-se de um retrato da amostra da pesquisa, desta forma o investigador tem condições de analisar os dados produzindo uma relação significativa, e clareando alguns pontos sobre a temática.

Assim, no que se refere ao perfil dos respondentes, são apresentados os resultados obtidos para as variáveis pesquisadas (gênero, idade, estado civil, dependentes, escolaridade, remuneração mensal líquida, tempo de atuação como servidor público na organização e desenvolvimento de outra atividade profissional remunerada).

Com base nos maiores valores percentuais observados, o perfil dos respondentes resulta em servidores do gênero masculino (50,88%), com idade entre 36 e 40 anos (23,68%), casado (s) (59,65%), com dependentes (69,30%) e ensino médio completo (40,35%) (Tab. 2).

Os resultados obtidos por Lima (2016) se assemelham aos do presente estudo: os servidores pesquisados são do gênero masculino, com idade entre 31 e 40 anos e com ensino médio completo.

Nas pesquisas do SPC Brasil (2014; 2017), os respondentes são, com maior frequência, do gênero feminino, com idade entre 25 e 49 anos, e com ensino médio (completo ou incompleto) (SPC BRASIL, 2014; 2017).

Além das variáveis já apresentadas, as variáveis: remuneração mensal líquida dos servidores, tempo de atuação na organização e desenvolvimento de outra atividade remunerada foram coletadas.

Tabela 2 –Perfil dos respondentes: gênero, idade, estado civil, dependentes e escolaridade.

Variáveis	Opções	Qtde	%
Gênero (n = 114)	Masculino	58	50,88%
	Feminino	56	49,12%
Idade (n = 114)	18 a 25	3	2,63%
	26 a 30	15	13,16%
	31 a 35	24	21,05%
	36 a 40	27	23,68%
	41 a 45	20	17,54%
	46 a 50	8	7,02%
	51 a 55	8	7,02%
	56 a 60	5	4,39%
	Mais de 60	3	2,63%
Estado Civil (n = 114)	SR (*)	1	0,88%
	Solteiro(a)	31	27,19%
	União estável	8	7,02%
	Casado(a)	68	59,65%
	Divorciado(a)	6	5,26%
	Viúvo(a)	-	-
Dependentes (n = 114)	SR (*)	1	0,88%
	Sim	79	69,30%
Quantidade de dependentes (n = 79)	Não	35	30,70%
	1	30	37,97%
	2	21	26,58%
	3	17	21,52%
	4	5	6,33%
	5	2	2,53%
	SR (*)	4	5,06%
Escolaridade (n = 114)	Ensino Fundamental Completo	4	3,51%
	Ensino Médio Completo	46	40,35%
	Ensino Médio Incompleto	7	6,14%
	Ensino Superior Completo	28	24,56%
	Ensino Superior Incompleto	18	15,79%
	Especialização/MBA	7	6,14%
	Mestrado	4	3,51%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

(*) Sem Resposta (SR).

O perfil dos respondentes, com base nos maiores valores percentuais para estas variáveis observadas, resulta em servidores com renda mensal líquida de até R\$ 954,00 (42,11%), atuando na Prefeitura Municipal de Sousa/PB a até 5 anos (39,47%) e sem exercer outra atividade profissional remunerada (72,81%) (Tab. 3).

Tabela 3 - Perfil dos respondentes: renda mensal líquida, tempo de atuação e desenvolvimento de outras atividades

Variáveis	Opções	Qtde	%
Remuneração mensal líquida (n = 114)	Até R\$ 954,00	48	42,11%
	De R\$ 954,01 até R\$ 1.908,00	42	36,84%
	De R\$ 1.908,01 até R\$ 2.862,00	15	13,16%
	De R\$ 2.862,01 até R\$ 3.816,00	5	4,39%
	De R\$ 3.816,01 até R\$ 4.770,00	-	-
	De R\$ 4.770,01 até R\$ 5.724,00	4	3,51%
	Demais classes de renda	-	-
Tempo de atuação na organização (n = 114)	0 a 5 anos	45	39,47%
	11 a 15 anos	33	28,95%
	16 a 20 anos	7	6,14%
	26 a 30 anos	7	6,14%
	31 a 35 anos	8	7,02%
	6 a 10 anos	14	12,28%
Outra atividade remunerada (n = 114)	Sim	28	24,56%
	Não	83	72,81%
	SR (*)	3	2,63%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

(*) Sem Resposta (SR).

Com relação à remuneração mensal líquida, percebe-se que aproximadamente 80,0% dos servidores recebem até 2 (dois) Salários Mínimos de 2018. Essa renda se mantém, tendo em vista que 72,81% dos servidores afirmam não exercer outra atividade remunerada. Outras faixas de renda mensal líquida constavam no questionário, mas não foram indicadas pelos servidores.

Na pesquisa feita por Pontes et al (2017), mais da metade dos efetivos tem renda mensal líquida acima de R\$2.000,00. Já na pesquisa de Silva; Saturnino; Araújo (2016), com relação à renda, verificou-se que a maioria possui renda bruta familiar mensal entre R\$ 7.880,00 e R\$ 15.7600,00.

4.2 PLANEJAMENTO E CONTROLE DAS FINANÇAS PESSOAIS

Com relação ao planejamento e controle das finanças pessoais, são apresentados os resultados relacionados aos meios utilizados para realização de registro/controle dos ganhos e gastos financeiros, à indicação do procedimento utilizado para efetuar o registro/controle, à indicação das dificuldades enfrentadas para realizar o registro/controle e aos motivos para não realizar o registro/controle.

4.2.1 Registro/controlo dos ganhos e gastos financeiros: meios, procedimentos e dificuldades

Com base nos maiores valores percentuais observados, os servidores da Prefeitura Municipal de Sousa/PB utilizam caderno de anotações/agenda para registrar/controlar os ganhos e gastos financeiros (49,12%), anotam os ganhos e gastos do mês (49,50%) e não enfrentam dificuldades em realizar o registro/controlo (75,25%) (Tabs. 4, 5 e 6).

Com relação aos meios utilizados para o registro/controlo dos ganhos e gastos financeiros, chama atenção o fato de cerca de 33% dos servidores não fazerem registro/controlo ou fazerem “de cabeça” (Tab. 4). Senda esta atitude de extrema importância para uma situação financeira equilibrada, e falta deste controle significa limitar sua capacidade de gerir suas finanças pessoais, o que pode levar a ações que desencadeiam uma possível dificuldade financeira gerando com isso o a inadimplência e o endividamento. Já em relação a fazer o registro/controlo de ganhos e gastos de cabeça pode levar à ocultação de alguns compromissos financeiros importantes, como também constituir em um registro/controlo desorganizado.

Tabela 4 - Meios utilizados para realizar o registro / controle dos ganhos e gastos financeiros.

Meios utilizados (n = 114)	Qtde	%
Não faço nenhum registro ou controle	13	11,40%
Faço de cabeça	24	21,05%
Utilizo caderno de anotações/agenda	56	49,12%
Utilizo o extrato bancário	5	4,39%
Utilizo o extrato do cartão de crédito	-	-
Utilizo uma planilha no computador	12	10,53%
Utilizo um aplicativo do celular	1	0,88%
Utilizo outro meio de registro/controlo	2	1,75%
SR (*)	1	0,88%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

(*) Sem resposta (SR).

Os resultados da pesquisa realizada por Costa Júnior (2014), com estudantes de graduação, indicam que a maioria dos respondentes também utilizam caderno de anotações/agenda como meio para registrar/controlar suas finanças pessoais.

Já com relação ao procedimento utilizado para o registro/controlo, chama atenção o percentual de servidores que planejam o mês com antecedência (43,56%) (Tab. 5). Isso

significa que os servidores, percebem o quão é importante planejar antecipadamente, e com isso dispor de tempo, para e consiga almejar algo para o futuro.

Chama atenção, também, a reduzida porcentagem de servidores que realizam registro/controla depois que fecha o mês. Esta prática pode levar ao esquecimento de ganhos e gastos, tornando a gestão das finanças pessoais com falha.

Tabela 5 - Procedimento utilizado para o registro / controle mensal dos ganhos e gastos financeiros

Procedimento utilizado (n = 101)	Qtde	%
Planejo o meu mês com antecedência	44	43,56%
Vou anotando os ganhos e gastos do mês	50	49,50%
Depois que fecha o mês, anoto os ganhos e gastos	6	5,94%
SR (*)	1	0,99%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

(*) Sem resposta (SR).

Os resultados da presente pesquisa são semelhantes aos da pesquisa realizada pelo SPC Brasil (2017), onde 43% dos respondentes controlam os ganhos e gastos mensais, planejando o mês com antecedência.

Por fim, com relação às dificuldades enfrentadas no registro/controla dos ganhos e gastos financeiros, destaca-se o percentual de servidores que afirmam não possuir dificuldades (cerca de 3 em cada 4 afirma não ter dificuldade). Sendo um fator positivo pois, a partir do momento em que o indivíduo não possui dificuldades em elaborar o registro/controla dos gastos e ganhos financeiros, como também por em prática, tem por consequência, manter o equilíbrio das finanças pessoais.

Tabela 6 – Dificuldades enfrentadas no registro / controle dos ganhos e gastos financeiros

Dificuldades enfrentadas (n = 101)	Qtde	%
Não tenho dificuldade	76	75,25%
Falta de disciplina	10	9,90%
Falta de tempo	8	7,92%
Dificuldade em encontrar um mecanismo simples de uso, seja planilhas ou aplicativos	-	-
Não sei muito bem por onde começar ou como fazer o registro e controle	2	1,98%
Outra razão	4	3,96%
SR (*)	1	0,99%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

(*) Sem resposta (SR)

Já em comparação com a pesquisa feita pelo SPC Brasil (2014), a maioria dos respondentes (59%) disse possuir dificuldades para fazer o controle dos ganhos e gastos financeiros. Em nova edição da pesquisa realizada em 2017, “Educação Financeira e Gestão do Orçamento Pessoal”, indica que seis em cada dez consumidores que fazem controle do orçamento (58,7%) sentem dificuldade para realizar o controle das despesas..

4.2.2 Registro/controlado dos ganhos e gastos financeiros: motivos para a não realização

Um total de 114 servidores participaram da pesquisa, destes, 13 afirmam não fazer nenhum registro ou controle dos ganhos e gastos financeiros e 24 afirmam fazer o registro/controlado “de cabeça” (Tab. 7). Considerando a resposta dos 13 que afirmam não fazer nenhum registro ou controle, a maioria não o faz por falta de hábito ou disciplina (total de 8, resultando em (61,54%) (Tab. 7)

Tabela 7 – Motivos para não realizar o registro/controlado dos ganhos e gastos financeiros

Motivos para não registrar/controlado (n = 13)	Qtde	%
Por falta de hábito ou disciplina	8	61,54%
Acredito que não preciso anotar tudo, apenas a conta de cabeça funciona	2	15,38%
Não sei fazer	2	15,38%
Já fiz e não acho que ajudou	-	-
Não acho importante ou necessário	-	-
Outro motivo	1	7,69%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dados da pesquisa realizada pela SPC Brasil (2018) indicam que (34%) dos respondentes não fazem o registro/controlado porque não têm disciplina para controlar todos os gastos e (15%) acreditam que não precisam registrar tudo, pois afirmam que apenas conta de cabeça funciona. Opções mais indicadas também na presente pesquisa.

4.3 ENVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

Os termos endividamento e inadimplência ainda são vistos por muitos como sinônimos. Segundo o IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, quando uma pessoa pega emprestado recursos financeiros para adquirir algum bem, ele está se endividando. O excesso de dívidas pode levar o consumidor à situação de inadimplência, que

é quando não se consegue pagar um compromisso financeiro até a data de seu vencimento (IDEC, 2015).

4.3.1 Modalidades de crédito utilizadas:

Quando questionados sobre as modalidades de crédito que utilizam para aumentar a disponibilidade de recursos financeiros, os servidores da Prefeitura Municipal de Sousa/PB utilizam cartão de crédito (69,30%) (Tab. 8), seguido de Carnê da loja (58,77%) (Tab. 8). Tais modalidades (cartão de crédito e carnê de loja), caso não seja utilizada de forma consciente, pode ocasionar o endividamento a um nível elevado, e conseqüentemente a inadimplência. Atualmente este tipo de crédito é fácil de adquirir, em alguns casos, até pessoas que não comprovem renda, tem a capacidade de consegui-los, porém, esta facilidade pode gerar acomodação no que diz respeito ao controle financeiro, ao aumento desenfreado do consumo. Vale ressaltar também que o cartão está entre as modalidades de crédito com as maiores taxas de juros do país.

Tabela 8 – Modalidades de crédito utilizadas para disponibilizar recursos financeiros e realizar pagamentos

Modalidades de crédito	Qtde	%
Cartão de Crédito	79	69,30%
Crediário (Carnê da loja)	67	58,77%
CDC	1	0,88%
Cheque pré-datado	1	0,88%
Cheque Especial	11	9,65%
Outras modalidades	20	17,54%
Nenhuma modalidade	10	8,77%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Em semelhança com a pesquisa elaborada por Costa Júnior (2014) onde o instrumento de pesquisa mais utilizados pelos estudantes foi o cartão de crédito com um percentual de (62,28%), em relação a outras modalidades. No trabalho de Pontes et Al (2014) o cartão de crédito é a modalidade mais utilizada pela a maioria dos servidores.

4.3.2 Desequilíbrio no orçamento familiar: ocorrência e ações.

Em se tratando de possíveis ocorrências de desequilíbrio no orçamento familiar neste ano, (49,12%) (Tab.9) dos servidores afirmam que sim e se igualando a este percentual (49,12%) (Tab. 9). afirmam não lembrar se houve algum desequilíbrio financeiro no decorrer do ano.

Chama atenção a reduzida porcentagem de servidores que não passaram por desequilíbrio no orçamento familiar (1,75%) (Tab. 9). Esse índice reforça, ainda mais, a importância do conhecimento e prática da gestão financeira, com a utilização dos conceitos de planejamento e controle da gestão dos recursos financeiros pessoais bem como da manutenção de investimentos (reserva financeira para imprevistos, por exemplo), isso proporciona o equilíbrio financeiro.

Tabela 9 – Ocorrência de desequilíbrio no orçamento familiar

Ocorrência	Qtde	%
Sim	56	49,12%
Não	02	1,75%
Não lembro	56	49,12%
Total		

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com Lima (2016), se o indivíduo ou família tiver a capacidade de elaborar de um orçamento de maneira correta, pode evitar imprevistos, revertendo à situação de desequilíbrio no orçamento.

Em relação às ações tomadas para lidar com os desequilíbrios no orçamento familiar ocorridos no decorrer do ano, os servidores afirmam terem feito empréstimos (21,93%) (Tab. 10), seguido fazer cortes ou redução no orçamento (18,42%) (Tab. 10). O fato de fazer empréstimos para lidar com os momentos de desequilíbrio no orçamento familiar gera o pagamento de juros destes empréstimos, o que pode piorar o nível de desequilíbrio do orçamento. Essa prática sinaliza a má gestão das finanças pessoais. A realização do planejamento e do controle, aliada à manutenção de investimentos (reserva financeira para eventualidades) pode auxiliar a reverter este quadro.

Tabela 10 – Ações tomadas para lidar com o desequilíbrio

Ação	Qtde.	%
Fiz cortes ou redução no orçamento	21	18,42%
Fiz uso do limite do cheque especial	03	2,63%
Fiz empréstimos	25	21,93%
Vendi algum bem	06	5,26%
Deixei de pagar algumas contas	03	2,63%
Não fiz nada	01	0,88%

Usei reservas financeiras	06	5,26%
Outra ação/atitude	02	1,75%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O resultado da pesquisa SPC Brasil (2017) foi bem mais elevado, chegando a (77%) o percentual de respondentes que passaram por alguma situação onde o orçamento familiar não foi suficiente para quitar os compromissos assumidos. Já com relação às ações tomadas para lidar com as situações de desequilíbrio, os respondentes foram mais educados em relação às finanças e pessoais, chegando a (40%) o percentual de respondentes fizeram cortes ou redução no orçamento.

4.3.3 Compromissos financeiros: tipos, situações e razões (para o atraso)

Levando em consideração os maiores valores percentual da pesquisa referente ao tipo de compromissos financeiros que os servidores detêm (80,70%) (Tab.11), disse possuir os compromissos de água/luz/telefone/internet, independentemente de estarem em dia ou não, nota-se esta maior frequência pelo fato se tratar de compromissos essenciais do indivíduo. Vale destacar também os percentuais relevantes de (57,89%) (Tab. 11) de parcelas a pagar do cartão de crédito. Para Pontes et al (2014) neste aspecto, é necessário intensificar o nível de atenção, quando se trata de cartão de crédito, por ser uma das fontes de financiamento menos burocráticas do mercado, e conseqüentemente a que possui uma das mais elevadas taxas de juros do mercado como já foi mencionado, podendo vir a se tornar uma enorme fonte de desequilíbrio financeiro na eventual perda de controle.

Tabela 11 – Principais compromissos que os servidores possuem

Compromissos financeiros	Qtde	%
Conta de água / luz / telefone / internet	92	80,70%
Aluguel	36	31,58%
Escola ou faculdade	26	22,81%
Crediário/carnês	53	46,49%
Parcelas a pagar no cartão de crédito	66	57,89%
Parcelas a pagar em cheques pré-datados	2	1,75%
Financiamento de casa própria	7	6,14%
Financiamento de automóvel (carro, moto)	11	9,65%
Empréstimos	28	24,56%
Cheque Especial	4	3,51%
Crédito Consignado	25	21,93%
Outros compromissos	19	16,67%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Destes compromissos: a conta de água/luz/telefone/internet (95,65%) (Tab. 12) dos servidores disseram estar em dia, e a penas (4,35%) (Tab. 12) afirmaram estar em atraso; sobre as parcelas a pagar do cartão de crédito (95,45%) (Tab. 12) estão dia e (4,55%) (Tab. 12) diz estar em atraso. Contestando as principais pesquisas feitas atualmente sobre o endividamento e a inadimplência, onde a maioria da população encontra-se com seus compromissos em atraso.

Tabela 12 – Compromissos financeiros dos servidores que estão em dia ou em atraso

Situação dos compromissos financeiros	Em dia		Em atraso	
	Qtde	%	Qtde	%
Conta de água / luz / telefone / internet	88	95,65%	4	4,35%
Aluguel	36	100,00%	0	0,00%
Escola ou faculdade	23	88,46%	3	11,54%
Credíário/carnês	50	94,34%	3	5,66%
Parcelas a pagar no cartão de crédito	63	95,45%	3	4,55%
Parcelas a pagar em cheques pré-datados	2	100,00%	0	0,00%
Financiamento de casa própria	7	100,00%	0	0,00%
Financiamento de automóvel (carro, moto)	10	90,91%	1	9,09%
Empréstimos	28	100,00%	0	0,00%
Cheque Especial	3	75,00%	1	25,00%
Crédito Consignado	25	100,00%	0	0,00%
Outros compromissos	19	100,00%	0	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na pesquisa SPC Brasil (2017) os compromissos financeiros que os inadimplentes mais disseram possuir atualmente (independente de estarem pagos ou não) são a conta de água e luz (64,4%), no quesito cartão, o mesmo foi dividido em: parcelas a pagar do cartão de loja com (54%) e parcelas a pagar do cartão de crédito (48%). No compromisso de conta de água e luz (80%) diz estar em dia, no quesito cartão de loja (16%) diz estar em dia e (84%) estar em atraso, no cartão de crédito (26%) em dia e (74%) em atraso.

Tabela 13 – Motivos que levaram a atrasar os compromissos financeiros

Razões para o atraso	Qtde	%
O aumento de preços	4	12,90%
Problemas de saúde	6	19,35%
Problemas financeiros	5	16,13%
Minha renda diminuiu	6	19,35%
Salário atrasado ou não pago	-	0%
Falta de controle e planejamento financeiro	3	9,86%
Consegui crédito fácil e gastei mais do que podia	3	9,86%
Emprestei para realizar compras	-	0%
A cobrança foi indevida e não paguei	-	0%
Outros motivos	4	12,90%
Não sei informar	4	12,90%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O que chama atenção é sobre o motivo que ocasionou o atraso no pagamento dos compromissos (19,35%) dos servidores afirmaram ter sido por problemas de saúde. Para pesquisa SPC Brasil (2017) a perda de emprego foi apontada como principal causa para o não pagamento

4.4 INVESTIMENTOS

Em relação aos investimentos, são apresentados aqui os resultados relativos à propriedade/existência de investimentos, aos tipos de investimento que possui (caso possua) e às razões que impedem a propriedade/existência de investimentos (caso não possua).

A maioria dos servidores públicos municipais pesquisados afirma não possuir investimentos (75,44%). Dentre os 28 servidores que afirmam possuir investimentos, a Caderneta de Poupança é o tipo mais observado (67,86%), seguido de outros investimentos (25,00%) e Imóveis (21,43%). Já dentre os 86 servidores que afirmam não possuir investimentos, a razão Renda insuficiente foi indicada pela maioria (72,09%) (Tab. 14).

Tabela 14 - Investimentos

Variáveis	Opções	Qtde.	%
Propriedade (n = 114)	Sim	28	24,56%
	Não	86	75,44%
Tipos de investimentos (n = 28)	Caderneta de Poupança	19	67,86%
	Fundos de investimento	2	7,14%
	CDB (Certificado de Depósito Bancário)	-	-
	Títulos Públicos	-	-
	Ações	-	-
	Imóveis (residenciais ou comerciais)	6	21,43%
Razões para não possuir investimentos (n = 86)	Outros investimentos	7	25,00%
	Renda insuficiente	62	72,09%
	Falta de Controle e Planejamento	8	9,30%
	Não sei em que investir	6	6,98%
	Não tenho interesse	8	9,30%
	Outras razões	5	5,81%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Pontes et al (2017), ao realizarem pesquisa com funcionários efetivos e terceirizados de um hospital público municipal constataram que (32%) dos respondentes não conseguem realizar investimentos. Os dados diferem da presente pesquisa, quando (75,44%) dos servidores públicos municipais não possuem investimentos.

Com relação ao tipo de investimento, Pontes et al (2017) obtiveram como resultado que (52,5%) dos 183 respondentes investem em Caderneta de Poupança, resultado diferente do aqui obtido, quando (16,67%) dos 114 servidores pesquisados investem em Caderneta de Poupança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema gestão financeira pessoal está começando a dar passos importantes nas pesquisas, e se disseminando em toda sociedade, uma vez que o mesmo é de fundamental importância nos dias atuais. Para que isso aconteça, é necessário que o indivíduo saiba no mínimo como fazer um orçamento simples, como planejar e controlar suas finanças.

Em vista disso, o presente estudo teve como objetivo investigar as práticas de gestão financeira pessoal, adotadas por servidores públicos municipais efetivos lotados na Prefeitura Municipal de Sousa/PB. Traçando o perfil sócio econômico dos servidores, identificando as práticas relacionadas ao planejamento e controle financeiro pessoal dos servidores, verificando aspectos relacionados ao endividamento e inadimplência, e identificando características relacionadas às decisões de investimento.

A pesquisa foi classificada como qualitativa quanto aos objetivos; descritiva, de levantamento e bibliográfica quanto aos procedimentos. A amostra foi selecionada da forma não probabilística por conveniência, foram feitas visitas em 10 (dez) Secretarias do município, sendo elas: Ação Social, Administração, Agricultura, Esporte e Lazer, Finanças, Governo (Gabinete), Infraestrutura, Planejamento e Turismo e por 03 setores (Fundação de Cultura, Procuradoria e a Superintendência de Transito – Sttrans). Com um total de 114 questionários coletados.

O instrumento de coleta se constituiu como um questionário formado por 20 questões divididas em quatro partes, a saber: Perfil do respondente (Parte I); Planejamento e controle das finanças pessoais (Parte II); Endividamento e inadimplência (Parte III); Investimentos (Parte IV).

Quanto ao perfil foram classificados o perfil dos respondentes resulta em servidores do gênero masculino, com idade entre 36 e 40 anos, casados, com dependentes e com ensino médio completo, com renda mensal líquida de até R\$ 954,00, atuando na Prefeitura Municipal de Sousa/PB há até cinco anos.

No que se refere planejamento e controle das finanças pessoais, os servidores da Prefeitura Municipal de Sousa/PB utilizam caderno de anotações/agenda para registrar/controlar os ganhos e gastos financeiros, anotam os ganhos e gastos do mês e não

enfrentam dificuldades em realizar o registro/controle. Dentre um total de 114 servidores participaram da pesquisa, 13 afirmam não fazer nenhum registro ou controle dos ganhos e gastos financeiros e 24 afirmam fazer o registro/controle “de cabeça”.

Sobre aspectos relacionados ao endividamento e inadimplência, os servidores da Prefeitura Municipal de Sousa/PB, utiliza cartão de crédito como modalidade de crédito para aumentar a disponibilidade de recursos financeiros ou realizar pagamentos. Foi constatado um equilíbrio, quando questionados aos servidores se o orçamento familiar no decorrer deste ano foi suficiente ou não para ambos. E nos casos em que o orçamento foi insuficiente no decorrer do ano, recorreram a empréstimos para a quitação das dívidas. Sobre quais compromissos financeiros os servidores possuíam destacam-se: “água/luz/telefone/internet”, “parcelas a pagar do cartão de crédito” independente de estarem em dia ou não. E se houver compromissos em atraso, o motivo que ocasionou foi por problemas de saúde.

Quanto aos investimentos a maior parte dos servidores públicos municipais pesquisados afirmam não possuir investimentos pelo fato da renda insuficiente. E os que possuem, investe em caderneta de poupança, sendo este tipo de investimento um dos mais populares.

Ressalta-se, que uma das limitações do presente trabalho está na dificuldade de localizar os funcionários, pelo fato de alguns estarem de férias ou afastado do trabalho, outros por não terem interesse em responder a pesquisa, estarem muito dispersos, ou não encontrá-los em seus postos de trabalho, tendo feito visitas por mais de duas vezes em alguns setores e sem êxito.

No referido trabalho, almejo que tenha contribuído para ratificar importância das finanças pessoais, devendo ser mais acentuada por pesquisadores. É necessário o desenvolvimento de disciplinas, tanto nas escolas como nas universidades, relacionadas às finanças pessoais, para a alfabetização da população, promover ações que mostrem aos indivíduos o quão é importante o planejamento e controle financeiro pessoal, e fazer com que estas práticas se tornem habituais, proporcionando benefícios financeiros aos individuais, e a sociedade.

Conclui-se que a maior parte dos servidores possui entendimento sobre as práticas relacionadas ao planejamento e controle financeiro pessoal, os servidores possuem aspectos relacionados ao endividamento e inadimplência baixos, em comparação com outras pesquisas como, por exemplo, o SPC Brasil, e de outros autores que serviram de base para este trabalho,

onde a grande maioria mostra um alto nível de descontrole financeiro dos indivíduos e famílias. No entanto os mesmos devem analisar com mais cuidado a aquisição de empréstimos para quitação de dívidas, como também à utilização de linhas de crédito como o cartão de crédito e os carnês de lojas, uma vez que as mesmas podem causar transtornos e comprometer a tranquilidade financeira. Outro fato importante é pensar em investir, mesmo com a renda de um salário mínimo, e com as crises inflacionárias existentes no país, é necessário que haja uma reserva financeira, para eventuais situações.

REFERENCIAS

ANDRADE, J. P. de; LUCENA, W. G. L. **A Influência da Educação Financeira e os Fatores Emocionais: Um Estudo com Alunos de Contabilidade e Engenharia.** Revista de Administração e Negócios da Amazônia, 2015.

ANDRADE, S. F. C. D; RIUL, P. H.; OLIVEIRA, M. S. D.; CAVALCANTE, M. F.; **A Inadimplência nas Instituições Particulares de Ensino na cidade de França**, FACEF, França- SP, 2008.

ARAÚJO, F. A. L.; PIMENTA DE SOUZA, M. A. **Educação financeira para um Brasil sustentável – evidências da atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão.** Trabalhos para Discussão, Banco Central, 2012

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring Financial Literacy: resultus of the OED/ internacional NetWork on financial Education (INFE) Pilot Study 2012.**

BORGES, Gabriela Mesquita. **Uma análise do conhecimento em finanças pessoais e a correlação da satisfação financeira com outros fatores.** Brasília – DF, 2011.

BRITO; BAPTISTA; SILVA; BRAZ E HENRIQUE: **A Importância da Educação Financeira nos Contextos Acadêmico e Profissional: Um Levantamento De Dados Com Alunos Universitários.** Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Maceió-AL, 2012

CALIXTO, MARISLEY: **Finanças Pessoais: Estudo de caso de um Planejamento Financeiro para a Aposentadoria**, Florianópolis/SC, 2007.

CAMPARA; VIEIRA; COSTA E FRAGA: **Dilema Dos Inadimplentes: Antecedentes E Consequentes Do “Nome Sujo”**, Revista Brasileira de Marketing – ReMark, 2015.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Makron. Books, 1996.

CHEROBIM, Ana Paula M. S.; ESPEJO, Márcia M. dos S. B. **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer!** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

CLAUDINO, L. P; NUNES, M. B; SILVA, F. C. da. **Finanças Pessoais: Um estudo de caso com servidores públicos.** In: XII SEMEAD - Seminários em Administração, Anais... São Paulo, 2009.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (peic) 2018. Disponível em: < <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-5>>. Acesso em 29 jun. 2018.

CONTO; FALEIRO; FÜHR e KRONBAUER: **Comportamento de Alunos do Ensino Médio do Vale do Taquari em Relação às Finanças Pessoais**, Revista Eletrônica de Estratégias e Negócios, Rio Grande do Sul, 2014.

CRUZ, BRUNA HELOIZA DA; KROETZ, MARILEI; FÁVERI, DINORÁ BALDO DE: **Gestão Financeira Pessoal: Uma Aplicação Prática**. Simpósio em excelência em Gestão e tecnologia, tema: gestão, inovação e tecnologia para a Sustentabilidade, Resende/RJ, 2012.

DANA S.; SOUSA F. Como passar de devedor para Investidor: **Um guia de Finanças Pessoais**, Ed. Cengage Learning, 2012.

DAROS, M.; PINTO, N.G.M. Inadimplência no Brasil: **Uma Análise das Evidências Empíricas**, Revista de Administração, Santa Maria-RS, 2017.

DERLONI, L., & VANDONE, D. **Risk of Overindebtedness and behavioral factors**, 2010.

EID JÚNIOR, W; GARCIA, F. G. **Como fazer o orçamento familiar: seu guia de projetos para o futuro**. 4. ed. São Paulo, 2005.

FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. Manual de Finanças Pessoais, ed São Paulo 2006.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. **Influência de Fatores Comportamentais na Propensão ao Endividamento**, Belo Horizonte-MG, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços. 17ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Qualitymark, 2008.

FRANKENBERG, Louis; **Seu Futuro Financeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1999.

GIL, Antonio Carlos: **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, Ed. Atlas, 6º. Ed, São Paulo, 2010.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. Tradução de Jean Jacques Salim. 12ª ed. São Paulo: Pearson, 2010.

GRANDO, D.; SAMBATTI, A.P.; SILVA, E. A. S.; SOUZA, M. A. P.; FERNANDES, J. M. **Análise das Finanças Pessoais e do Nível de endividamento dos Discentes dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior de Cascavel – PR**, X Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, Cascavel-PR - O papel das Organizações na Promoção do Desenvolvimento Sustentável. 2011.

HALLES, C. R.; SOKOLOWSKI, R.; HILGEMBERG, E. M. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**. 2007.

HITE, N. G.; SLOCOMBE, T. E.; RAILSBACK, B.; MILLER, D. **Personal finance education in recessionary times**. Journal of Education for Business, 2011.

IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sousa/panorama>>. Acesso em 02 jun. 2018.

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. **Conheça as dicas do IDEC para evitar o endividamento e a inadimplência**. Disponível em: <<https://idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/conheca-as-dicas-do-idec-para-evitar-o-endividamento-e-a-inadimplencia>>. Acesso em 01 de jul. 2018.

JÚNIOR, Manoel Martins da Costa: **Práticas financeiras pessoais e conhecimentos financeiros**: a influência das disciplinas financeiras no desempenho de discentes de graduação, Sousa/PB, 2014.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIMA, Lindomar Gonçalves de: **Finanças Pessoais**: Um Estudo Sobre os Servidores efetivos da Prefeitura Municipal de São Fernando-Rn, Caicó-RN, 2016.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell, A Arvore do dinheiro: **guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MAIA, Andréa do Socorro Rosa da Silva. **Inadimplência e recuperação de créditos**. Londrina, 2007.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o Sobreendividamento**. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2003.

MATSUMOTO, A. S. et al. **Finanças pessoais**: um estudo sobre a importância do Planejamento Financeiro Pessoal. in: encontro nacional dos cursos em Administração, Santa Catarina 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes: **Direito Administrativo Brasileiro**, 21 ed. Malheiros/SP, 1996.
MENDES, JULIANA DE SOUZA: **Educação Financeira para uma Melhor Qualidade de Vida**, Tubarão/SC, 2015.

MORAIS, Aline Fernanda Vianna: **Orçamento Pessoal**: Um estudo das Práticas adotadas pelos discentes da UFCG Campus SOUSA, Sousa/PB 2013.

MORAIS, Fernanda Maria: **Plano Real, 20 anos**: Moeda trouxe novo ciclo de desenvolvimento econômico, 2014. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/plano-real-20-anos-moeda-trouxe-novo-ciclo-de-desenvolvimento-economico.htm>>. Acesso em: 15 de nov. 2017.

MOREIRA R.C.; CARVALHO H.L.F.S. As Finanças Pessoais dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Campo Formoso-Ba: **Um estudo na Escola José de Anchieta**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, Salvador/BA, 2013.

OLIVEIRA, R. B.; KASPCZAK, M. C. M. **Planejamento Financeiro pessoal**: uma revisão bibliográfica. Paraná, 2013.

PONTES, H.N.D.S.; AYRES, L.C.N.; NETO, O. S. S.; SILVA, V. L. D. A. M.S; Equilíbrio Financeiro entre Servidores e Prestadores de Serviços em João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://cef.fgv.br/sites/cef.fgv.br/files/24_equilibrio_financeiro_entre_servidores_publicos_e_prestadores_de_servicos_em_joao_pessoa.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

Portal da Prefeitura Municipal de Sousa – PB. Disponível em: <<http://www.sousa.pb.gov.br/>> Acesso em: 24 de fev de 2018

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Prefeitura Municipal de Sousa folha de pagamento** - Disponível em: <<http://portaldatransparencia.publicsoft.com.br/sistemas/ContabilidadePublica/views/>>. Acesso em 30 Abr. 2018.

PORTAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cartilha cartão de crédito**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/cartilha.pdf>, Cartilha cartão de crédito>. Acesso em: 30. Abr. 2018.

Portal do Banco Central do Brasil. **Aplicações Financeiras**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/aplica.asp>. Acesso em 06 jun. 2018.

POTRICH, A. C.G; VIEIRA K.M; KIRCH G. **Determinantes da Alfabetização Financeira: Proposição de um Modelo e Análise da Influência das Variáveis Socioeconômicas e Demográficas**, XXXVIII encontro da ANPAD Rio de Janeiro-RJ 2014.

RAMBO, Andreia Carneiro. **O perfil do investidor e melhores investimentos**: da teoria à prática do mercado brasileiro, Florianópolis/SC, 2014.

RUBERTO, I. V. G., da Silveira, V. G., VIEIRA, K. M., & BENDER FILHO, R. (2013). A Influência dos Fatores Macroeconômicos Sobre o Endividamento das Famílias Brasileiras no Período 2005-2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/3328>>. Acesso em 03 dez. 2017.

SANTOS, DENIS ALCIDES: **Operações de Crédito do Sistema Financeiro do Banco do Estado de Santa Catarina (Sfbesc):** Uma análise da Linha de Crédito Geral (LCG) 714- Empréstimos com Consignação, Florianópolis/SC, 2004.

SANTOS, J. O; BARROS, C. A. S. O que determina a tomada de decisão financeira: razão ou emoção? RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 13, n. 38, p. 7-20, 2011.

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças pessoais para todas as idades:** um guia prático. São Paulo: atlas, 2014.

SANVICENTE, Antônio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas:** planejamento e controle. São Paulo: Atlas, 2006.

SEGUNDO FILHO, Jose. **Finanças Pessoais:** Invista no seu Futuro Rio de Janeiro-RJ, 2003.

SEHN, C. F.; CARLINI JUNIOR, R. J. Inadimplência no sistema financeiro de habitação: um estudo junto à Caixa Econômica Federal (Caixa). **Revista de Administração Mackenzie**, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2007.

SILVA, Jacyara Gomes; SATURNINO, Odilon; ARAÚJO, Rebeca Cordeiro Cunha. Educação Financeira de Servidores Públicos: Hábitos de Consumo, Investimento e Percepção de Risco. **XIX Semead Seminários em Administração**. nov. 2016. Disponível em: <<http://login.semead.com.br/19semead/arquivos/1038.pdf>>. Acesso em 01 jan. 2018.

SILVA, Rogério da; TEXEIRA, Arilda; BEIRUTH, Aziz Xavier: **Finanças Pessoais e Educação Financeira:** o Perfil dos Servidores Públicos de Um Município do Centro-Oeste Brasileiro, Revista UNEMAT de Contabilidade, Tangará da Serra/MT, 2016.

SILVESTRE, Aline Driely: **Materialismo e Endividamento:** um Estudo da Percepção dos Discentes do Curso de Administração do CCJS/UFCG, Sousa/PB, 2016.

SOUSA, A. F. de.; TORRALVO C. F. **A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal.** IN VII SEMEAD, São Paulo/SP, 2003.

SPC Brasil. **Educação financeira e a gestão do orçamento pessoal**, 2017. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/01/Analise_Educacao_Financeira_2018.pdf>. Acesso em 13 jul. 2018.

SPC Brasil. **Educação financeira e a gestão do orçamento pessoal.** Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/spc_analise_educacao_financeira_janeiro_20162.pdf>. Acesso em 14 jul. 2018.

SPC Brasil. **Inadimplentes no Brasil 2017 perfil e comportamento frente às dívidas.**

Disponível em: <[https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-](https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2017/08/Analise_perfil_inadimplente_2017.pdf)

[content/uploads/2017/08/Analise_perfil_inadimplente_2017.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2017/08/Analise_perfil_inadimplente_2017.pdf)>. Acesso em 13 jul. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SECRETARIA	CARGO
------------	-------

Este instrumento de pesquisa tem a finalidade de coletar dados relativos ao perfil do respondente e ao tema gestão das finanças pessoais. O público-alvo da presente pesquisa é composto por servidores públicos municipais lotados nas Secretarias da Prefeitura Municipal de Sousa/PB selecionadas para a composição da amostra. Trata-se de instrumento de coleta de dados da pesquisa realizada pela discente Francisca Paula da Silva, do curso de graduação em Administração da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Sousa, sob a orientação do docente Flávio Lemenhe (UFCG – Campus Sousa), para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parte I – Perfil do respondente

I.1 - Gênero Masculino Feminino

I.2 - Idade _____ anos

I.3 - Estado Civil Solteiro(a) União estável Casado(a) Divorciado(a) Viúvo(a)

I.4 - Possui pessoas que dependem de sua renda?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Quantas?
--	------------------------------	------------------------------	----------

I.5 – Escolaridade			
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo	<input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo	
<input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo		
Pós-graduação →	<input type="checkbox"/> Especialização/MBA	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado

I.6 - Remuneração líquida mensal como servidor público nesta Organização?	
<input type="checkbox"/> Até R\$ 954,00	<input type="checkbox"/> De R\$ 5.724,01 até R\$ 6.678,00
<input type="checkbox"/> De R\$ 954,01 até R\$ 1.908,00	<input type="checkbox"/> De R\$ 6.678,01 até R\$ 7.632,00
<input type="checkbox"/> De R\$ 1.908,01 até R\$ 2.862,00	<input type="checkbox"/> De R\$ 7.632,01 até R\$ 8.586,00
<input type="checkbox"/> De R\$ 2.862,01 até R\$ 3.816,00	<input type="checkbox"/> De R\$ 8.586,01 até R\$ 9.540,00
<input type="checkbox"/> De R\$ 3.816,01 até R\$ 4.770,00	<input type="checkbox"/> Acima de R\$ 9.540,00.

<input type="checkbox"/> De R\$ 4.770,01 até R\$ 5.724,00	
---	--

I.7 - Tempo de atuação como servidor público nesta Organização?	anos
--	------

I.8 - Exerce outra atividade profissional remunerada?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim.
--	------------------------------	-------------------------------

Parte II – Planejamento e controle das finanças pessoais

II.9 - Como realiza o registro / controle dos ganhos e gastos financeiros?	
<input type="checkbox"/> Não faço nenhum registro ou controle	<input type="checkbox"/> Utilizo o extrato do cartão de crédito
<input type="checkbox"/> Faço de cabeça	<input type="checkbox"/> Utilizo uma planilha no computador
<input type="checkbox"/> Utilizo caderno de anotações/agenda	<input type="checkbox"/> Utilizo um aplicativo do celular
<input type="checkbox"/> Utilizo o extrato bancário	<input type="checkbox"/> Utilizo outro meio de registro/controle

II.10 - Caso realize algum registro / controle mensal dos ganhos e gastos financeiros, como controla?		
<input type="checkbox"/> Planejo o meu mês com antecedência	<input type="checkbox"/> Vou anotando os ganhos e gastos do mês	<input type="checkbox"/> Depois que fecha o mês, anoto os ganhos e gastos

II.11 - Caso realize algum registro / controle dos ganhos e gastos financeiros, quais as dificuldades enfrentadas para fazer esse registro / controle?	
<input type="checkbox"/> Não tenho dificuldade	<input type="checkbox"/> Dificuldade em encontrar um mecanismo simples de uso, seja planilhas ou aplicativos
<input type="checkbox"/> Falta de disciplina	<input type="checkbox"/> Não sei muito bem por onde começar ou como fazer o registro e controle
<input type="checkbox"/> Falta de tempo	
<input type="checkbox"/> Outra razão	

II.12 - Caso não realize algum registro / controle dos ganhos e gastos financeiros, por que não faz?	
<input type="checkbox"/> Por falta de hábito ou disciplina	<input type="checkbox"/> Já fiz e não acho que ajudou
<input type="checkbox"/> Acredito que não preciso anotar tudo, apenas a conta de cabeça funciona	<input type="checkbox"/> Não acho importante ou necessário
<input type="checkbox"/> Não sei fazer	<input type="checkbox"/> Outro motivo

Parte III – Endividamento e inadimplência

III.13 - Quais as modalidades de crédito você utiliza para aumentar a disponibilidade de recursos financeiros ou para realizar pagamento de prestações / obrigações?	
<input type="checkbox"/> Cartão de Crédito	<input type="checkbox"/> Cheque Especial
<input type="checkbox"/> Crediário (Carnê da loja)	<input type="checkbox"/> Outras modalidades
<input type="checkbox"/> CDC	<input type="checkbox"/> Nenhuma modalidade
<input type="checkbox"/> Cheque pré-datado	

III.14 - Neste ano passou por alguma situação onde o orçamento familiar não foi suficiente para quitar as contas / compromissos assumidos?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não lembro

III.15 - Caso tenha passado por alguma situação, o que fez para quitar as contas e compromissos
--

assumidos?	
<input type="checkbox"/> Fiz cortes ou redução no orçamento	<input type="checkbox"/> Deixei de pagar algumas contas
<input type="checkbox"/> Fiz uso do limite do cheque especial	<input type="checkbox"/> Não fiz nada
<input type="checkbox"/> Fiz empréstimos	<input type="checkbox"/> Usei reservas financeiras
<input type="checkbox"/> Vendi algum bem	<input type="checkbox"/> Outra ação/atitude

III.16a - Quais os principais compromissos financeiros que você possui?	III.16b - Estão em dia ou em atraso?	
<input type="checkbox"/> Conta de água / luz / telefone / internet	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Aluguel	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Escola ou faculdade	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Credíário/carnês	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Parcelas a pagar no cartão de crédito	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Parcelas a pagar em cheques pré-datados	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Financiamento de casa própria	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Financiamento de automóvel (carro, moto)	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Empréstimos	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Cheque Especial	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Crédito Consignado	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso
<input type="checkbox"/> Outros compromissos	<input type="checkbox"/> Em dia	<input type="checkbox"/> Em atraso

III.17 - Caso possua compromissos financeiros em atraso, indique quais motivos levaram você a ter esses compromissos em atraso?	
<input type="checkbox"/> O aumento de preços	<input type="checkbox"/> Consegui crédito fácil e acabei gastando mais do que podia
<input type="checkbox"/> Problemas de saúde	<input type="checkbox"/> Emprestei para realizar compras
<input type="checkbox"/> Problemas financeiros	<input type="checkbox"/> A cobrança foi indevida e não paguei
<input type="checkbox"/> Minha renda diminuiu	<input type="checkbox"/> Outros motivos
<input type="checkbox"/> Salário atrasado ou não pago	<input type="checkbox"/> Não sei informar
<input type="checkbox"/> Falta de controle e planejamento financeiro	

Parte IV – Investimentos

IV.18 - Você possui investimentos?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
---	------------------------------	------------------------------

IV.19 - Caso possua investimentos, quais das opções abaixo possui?	
<input type="checkbox"/> Caderneta de Poupança	<input type="checkbox"/> Ações
<input type="checkbox"/> Fundos de investimento	<input type="checkbox"/> Imóveis (residenciais ou comerciais)
<input type="checkbox"/> CDB (Certificado de Depósito Bancário)	<input type="checkbox"/> Outros investimentos
<input type="checkbox"/> Títulos Públicos	

IV.20 - Caso não possua investimentos, quais razões lhe impedem de tê-los?	
<input type="checkbox"/> Renda insuficiente	<input type="checkbox"/> Não tenho interesse
<input type="checkbox"/> Falta de Controle e Planejamento	<input type="checkbox"/> Outras razões
<input type="checkbox"/> Não sei em que investir	